

SUMÁRIO



Prefeitura de Guarujá - SP

Professor de Educação Básica III

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos	1
Coesão e coerência.....	6
Tipologia e gêneros textuais.....	8
Variação linguística e norma-padrão	9
Ortografia oficial	11
Acentuação gráfica.....	15
Formação e estrutura das palavras.....	17
Classes de palavras; pronomes	20
Sintaxe da oração e do período; coordenação e subordinação	32
Concordância verbal e nominal	40
Regência verbal e nominal	43
Uso da crase	46
Pontuação	48
Vozes verbais	52
Discurso direto e indireto.....	54
Denotação e conotação; ambiguidade; sinonímia e antonímia; relações de sentido no texto.....	58
Questões	61
Gabarito.....	72

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição federal de 1988 – artigos 205 a 214 (educação).....	1
Lei nº 8.069/1990 – estatuto da criança e do adolescente (ECA)	7
Lei nº 9.394/1996 – lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB).....	74
Decreto nº 12.686/2025 – política nacional de educação especial inclusiva	106
Lei nº 10.639/2003 – torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira nas escolas de educação básica.....	113

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei nº 11.645/2008 – altera a LDB para incluir a história e cultura indígena como conteúdo obrigatório no currículo escolar, integrando-as às temáticas afro-brasileiras	114
Questões	115
Gabarito	123

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Fundamentos da prática pedagógica e da docência na educação básica	1
Organização do trabalho docente	6
Planejamento pedagógico	8
Avaliação da aprendizagem em perspectiva formativa	9
Gestão da sala de aula	15
Metodologias e estratégias de ensino voltadas à aprendizagem ativa, ao protagonismo do estudante e ao desenvolvimento integral	17
Práticas pedagógicas inclusivas, respeito à diversidade e à equidade no ambiente escolar	22
Mediação de conflitos e convivência escolar	30
Relação escola, família e comunidade	32
Projeto político-pedagógico	39
Tecnologias digitais como apoio ao processo de ensino e aprendizagem; uso pedagógico de recursos e ambientes digitais no planejamento, na avaliação e nas práticas de sala de aula; educação digital e cultura digital no contexto escolar	40
Uso ético, responsável e seguro das tecnologias no ambiente educacional	53
Questões	58
Gabarito	68

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► **Exemplo de compreensão:**

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► **Exemplo de interpretação:**

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

**Educação:**

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

(...)

CAPÍTULO III**DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO****SEÇÃO I****DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.



A PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO AÇÃO INTENCIONAL

A prática pedagógica constitui o núcleo do trabalho docente na Educação Básica. Ela não se resume à realização de atividades em sala de aula nem à simples transmissão de conteúdos curriculares. Trata-se de uma ação intencional, planejada e fundamentada, orientada por objetivos formativos claros. Ensinar envolve tomar decisões conscientes sobre o que ensinar, como ensinar, para quem ensinar e com quais finalidades. Essa intencionalidade diferencia a ação pedagógica de ações espontâneas ou improvisadas, pois o ensino exige organização, reflexão e compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Quando se afirma que a prática pedagógica é intencional, reconhece-se que toda ação docente está vinculada a um projeto educativo. O professor não atua de forma neutra; suas escolhas metodológicas, a seleção de conteúdos e a forma de avaliar expressam concepções de educação, de conhecimento e de sociedade. Por exemplo, priorizar apenas memorização de conteúdos revela uma concepção distinta daquela que valoriza problematização e pensamento crítico. Assim, a prática pedagógica sempre carrega dimensões técnicas, éticas e políticas.

A intencionalidade do ensino está diretamente ligada ao planejamento. Planejar significa antecipar ações, definir objetivos e organizar estratégias que favoreçam a aprendizagem. O planejamento não deve ser entendido como mera exigência burocrática, mas como instrumento de reflexão e organização do trabalho docente. Ele permite que o professor articule conteúdos, metodologias e avaliação de forma coerente, evitando improvisações que possam comprometer o processo formativo. Ao planejar, o docente considera as características da turma, os conhecimentos prévios dos estudantes e as metas educacionais estabelecidas pelas diretrizes curriculares.

Além disso, a prática pedagógica é uma ação mediadora. O professor atua como mediador entre o conhecimento sistematizado e o estudante. Isso significa que o saber científico, artístico e cultural não é simplesmente transferido, mas reorganizado de forma didática para tornar-se compreensível e significativo. Essa mediação exige domínio do conteúdo, compreensão das teorias da aprendizagem e sensibilidade para identificar dificuldades e potencialidades dos alunos. O professor interpreta o currículo, adapta estratégias e cria situações que favoreçam a construção do conhecimento.

Outro aspecto essencial da prática pedagógica intencional é sua dimensão reflexiva. O trabalho docente não termina na execução da aula; ele inclui avaliação constante dos resultados obtidos. O professor analisa se os objetivos foram alcançados, identifica obstáculos e reorganiza suas estratégias quando necessário. Essa postura reflexiva fortalece a autonomia profissional e contribui para aprimoramento contínuo da prática. A docência, portanto, é processo dinâmico, que envolve ação e reflexão permanentes.

Na Educação Básica, essa intencionalidade assume importância ainda maior, pois envolve crianças, adolescentes e jovens em etapas fundamentais de formação. As experiências escolares influenciam não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento social e emocional. Por isso, a prática pedagógica deve considerar a formação integral, promovendo valores como respeito, responsabilidade, cooperação e ética. Ensinar é também formar cidadãos capazes de participar criticamente da sociedade.

Compreender a prática pedagógica como ação intencional significa reconhecer que o ensino é atividade planejada, mediada e reflexiva. O professor atua de forma consciente, fundamentando suas escolhas em princípios teóricos e objetivos educacionais claros. A docência na Educação Básica exige organização, compromisso e constante avaliação das próprias ações, consolidando-se como atividade profissional complexa e essencial para a garantia do direito à educação de qualidade.